

**VILMAR DE SOUZA JÚNIOR**

**A CRISE DO ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO  
E A ABERTURA ECONÔMICA:  
CONSEQUÊNCIAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em  
Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília.

Orientador: Prof. Cláudio Ferreira.

BRASÍLIA  
2006

**VILMAR DE SOUZA JÚNIOR**

**A CRISE DO ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO  
E A ABERTURA ECONÔMICA:  
CONSEQÜÊNCIAS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em  
Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Cláudio Ferreira

---

Prof. Carlito Zanetti

---

Prof. Alaor Silvio Cardoso

BRASÍLIA  
2006

**Dedico**

**De forma muito especial aos meus pais** que sempre sonharam em me ver formado e, para isso, não mediram esforços para que eu atingisse esse objetivo mesmo nos momentos de dificuldade.

**Aos meus irmãos e avós em especial a minha avó Josefa** que não está mais entre nós, mas sempre me incentivou a vir para Brasília com o objetivo de fazer esse curso e me formar em Relações Internacionais.

**Agradeço**

**Especialmente a Deus**, que é o provedor e possibilitador de qualquer coisa.

**Aos meus pais, familiares e amigos** com quem convivi durante esses quatro anos em Brasília.

**Aos meus colegas universitários** que também conviveram, dividiram experiências, me ajudaram e compartilharam momentos bons e ruins durante esses anos.

**Aos professores e colaboradores do curso**, sobretudo à Vanessa com quem sempre contei e ao professor **Cláudio Ferreira**, meu orientador, com quem me identifiquei desde o primeiro semestre.

**A todos vocês** o meu mais sincero agradecimento e que possamos seguir caminhos de sucesso e felicidade em nossas vidas.

## RESUMO

Há várias suposições a respeito dos possíveis equívocos, cometidos na condução da política econômica do Brasil, os quais seriam os responsáveis pelo pouco êxito da liberalização. A reestruturação permitiria supor que este país estava se ajustando aos padrões internacionais e à realidade da globalização dos mercados. Em todos os setores, a economia brasileira absorveu os impactos da vulnerabilidade do sistema financeiro. O grande problema, oriundo da liberalização dos mercados, é a vulnerabilidade dos países, cujo resultado foi confirmado pela situação brasileira. A inflação dificultava o crescimento do país durante toda a década de 80 e início da de 90 até o final de 1993. As privatizações e o fortalecimento da abertura econômica, ocorridos a partir de 1990, expuseram o país a concorrência especializada de produtos estrangeiros, o que gerou um processo de modernização e ganhos de produtividade e qualidade por parte dos setores industrial e financeiro do Brasil. O plano Real, a partir do final de 1993, permitiu ao Brasil a estabilização econômica com taxas de inflação semelhantes a países de primeiro mundo. A estabilização da moeda trouxe de volta até mesmo a capacidade de planejar, das empresas e dos consumidores, permitindo melhor integração da economia brasileira aos mercados internacionais, mesmo com a crise do câmbio de 1999 que só está sendo superada nos dias de hoje com os vultosos superávits primários que o país tem obtido.

**Palavras-chave:** abertura econômica, comercial e estabilização brasileira.

## **ABSTRACT**

*There are several suppositions concerning about of the possible misunderstandings, committed in the conduction of the economic politics of Brazil, the what would be the responsible persons for the little success of the liberalization. For restructuring would allow supposing that this country was adjusting itself to the international standards and to the reality of the globalization of the markets. In all sectors, the Brazilian economy absorbed the impacts of the vulnerability of the financial system. The great problem, derived of the liberalization of the markets, is the vulnerability of the countries, whose result was confirmed by the Brazilian situation. The inflation complicated the growth of the country during all by decade of 80 and beginning 90 until the final of 1993. The privatizations and the invigoration of the economic, occurred opening starting from 1990, exposed the country the competition specialized of foreign products, what it generated a modernization process and won on productivity and quality by the industrial sectors and financier of Brazil. Plano real, from the final of 1993, allowed to the Brazil the economic stabilization with rates of similar inflation to countries from first world. The stabilization of the coin brought back even the capacity of planning, of the companies and of the consumers, allowing better integration of the Brazilian economy to the international markets, even with the crisis of the exchange rate of 1999 that only is being overcome in the today's days with the voluminous primary superavits that the country has been obtaining*

**Words-key:** *economic, commercial opening and Brazilian stabilization.*

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 DA CRISE DO ENDIVIDAMENTO À LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL .....	19
1.1 A dívida dos países em desenvolvimento e os altos juros e débitos.....	19
1.2 O caso da dívida brasileira .....	21
1.3 O fortalecimento da abertura econômica pós-1990.....	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1 Liberalismo e igualdade.....	25
2.2 Liberdade econômica e política.....	26
2.3 Neoliberalismo .....	29
3 A LIBERALIZAÇÃO DO BRASIL.....	31
3.1 As políticas de abertura do sistema financeiro.....	31
3.2 Desregulamentação do fluxo de capitais.....	34
3.3 Nova dinâmica industrial brasileira com a liberalização da década de 90 .....	38
4 O PLANO REAL.....	41
4.1 A prática do Plano Real .....	41
4.2 Política de câmbio do Plano Real .....	46
4.3 Os impactos das medidas adotadas na década de 1990 sobre a economia Brasileira ....	48
4.4 Reação ao contágio das crises por parte do Brasil .....	49
CONCLUSÃO.....	53
REFERÊNCIAS .....	58
ANEXOS .....	64

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma análise sobre as influências do endividamento externo brasileiro, ocorrido na década de 1970. Primeiramente, o fim de Bretton Woods entre 1971 e 1973, aumentando a liquidez de eurodólares, provenientes dos petrodólares excedentes dos países árabes que haviam retalhados os E.U.A. e a Europa, aumentando o preço do barril. Esses petrodólares precisavam ser reciclados e por isso foram oferecidos em abundância aos países subdesenvolvidos com juros baixíssimos para que esses se desenvolvessem, ocasionando um endividamento sem precedentes dessas nações. Após esse fato, ao fim da década de 1970, veio a segunda crise do petróleo em 1979 o que ocasionou quatro grandes choques aos países endividado: a deterioração dos termos de troca, o aumento da taxas de juros pelos E.U.A., a disparada do dólar e a grande recessão internacional gerada pela crise do petróleo. Diante desses fatos, os países se viram impossibilitados de saldar os débitos provenientes dos empréstimos que já haviam feito, sendo obrigados a tomar novos empréstimos para saldar com os serviços do valor bruto acumulado, piorando ainda mais a situação dos mesmos.

Com isso, em 1982, o México declara a moratória de sua dívida, sendo seguido por outras nações endividadas e gerando uma grave crise no sistema bancário internacional, que corta o crédito e exige dos mesmos um déficit em conta corrente tendente a zero, além da geração de superávits primários suficientes para arcar com os serviços da dívida acumulada, isso agravou ainda mais o problema nesses países, pois gerou uma grande transferência de divisas para o exterior aumentando ainda mais a crise interna.

Devido a esses acontecimentos, em 1985 o Banco Mundial juntamente com



o FMI se juntam e formulam uma série de medidas neoliberalizantes e restritivas a serem adotadas pelos países, a fim de que eles recebessem ajuda financeira, o que também não resolveu, pois as medidas restritivas adotadas pelos países endividados de caráter liberalizante só agravaram a crise dos mesmos, principalmente a revolta política por parte da população desses países com o aumento do desemprego e da miséria dos mesmos. Sem opção, em 1987, o Brasil também declara moratória da dívida, mais já no mesmo ano renegocia a retomada dos pagamentos, todavia a imagem exterior do Brasil se manchou para sempre.

No intuito de reabilitar a imagem do país, já na constituição de 1988 o país começa a adotar mesmo que de forma tímida algumas medidas neoliberalizantes como a permissão para a presença de capital institucional estrangeiro em alguns setores da economia, além das primeiras privatizações. Com o país endividado e sem créditos devidos aos fatos ocorridos nas ultimas duas décadas assume em 1990 a presidência da república Fernando Collor de Melo, eleito pelas elites e com o apoio da mídia, prometendo adotar medidas para deixar o país em nível de desenvolvido, porém ele assume o país totalmente desacreditado interna e externamente e com uma superinflação que corroeu a economia durante toda a década de 80.

Nesse cenário, em 15 de março de 1990, o presidente anuncia o plano Collor 1, conjunto de medidas que geraram grande polêmica interna no país, pois congelava os salários dos trabalhadores para mais tarde serem negociados entre patrões e empregados, tabelava os preços para depois liberá-los aos poucos e bloqueava todos os valores líquidos em conta corrente, poupança, aplicações financeiras e demais investimentos por um ano e meio, além de reforçar as medidas liberalizantes iniciadas no fim da década de 1980.

Contudo, devido à falta de liquidez, ocasionada pelos bloqueios,

empresários pressionaram o governo para que esses liberassem quantias para pagamento de folha, tributos e previdência o que acabou gerando um aumento de liquidez de forma desigual entre as camadas sociais e o conseqüente retorno da inflação. O governo anuncia então no começo de 1991 o plano Collor 2, mais um conjunto de medidas de caráter liberalizante, porém com um foco maior voltado para a desindexação da economia, além de aumentar a taxas de juros e repetir a medidas tomadas no pano Collor 1. De fato a economia começa a dar sinais de reação fechando com inflação se reduzindo pela metade no final de 1991, e já no início de 1992 ameaçados pela concorrência especializada de produtos importados empresário e sistema financeiro começam a investir pesado em modernização, ganho de produtividade, qualidade e automação dos serviços a fim de concorrerem com os produtos estrangeiros [ANDREZO, 1999].

Devido a escândalos políticos, em 1992 acontece o *impeachment* do Presidente Fernando Collor. Em seu lugar assume Itamar Franco não fazendo grandes mudanças na política do país, continuando com a política de abertura sem grandes impactos econômicos. Ao final de 1993 foi nomeado ministro da fazenda o chanceler Fernando Henrique Cardoso, propondo o Plano Real, um plano de estabilização econômica , o qual instituiu novas ferramentas de política macroeconômica como a taxa de câmbio e a poupança externa. O presidente tinha forte influencia neoliberal com o objetivo de reduzir a participação do Estado nas atividades econômicas. Com forte apoio do Congresso nacional promoveu ampla reforma na estrutura do Estado, como acabar com a discriminação da Constituição em relação a empresas de capital estrangeiro e transferindo concessões de serviços públicos para a iniciativa privada como eletricidade, telefonia, ferrovias, e outras modernizando-as.

Além disso, FHC, também promoveu extenso processo de privatizações, amparadas pelas mudanças legislativas do governo Collor, adotou uma série de medidas

neoliberalizantes, sobrevalorizando o câmbio frente ao dólar, estabelecendo os preços internos e pressionando-os para baixo por meio da concorrência com produtos importados, ampliando a abertura comercial permitindo a ampliação e renovação do parque industrial. Impôs política de juros altos para atrair o capital estrangeiro, e ajudando a reduzir o nível de atividade econômica interna segurando a inflação. Desempenhou ajuste fiscal progressivo fundamentado na recuperação da carga tributária, no controle progressivo dos gastos públicos e nas reformas estruturais equilibrando os gastos públicos [SALLUM, 2001].

Porém todas essas medidas neoliberais pregadas no Consenso de Washington não levavam em consideração o precário nível social das nações endividadas, o que em meados da década de 1990, em 1994 culminou com a crise do México que desvalorizou sua moeda no intuito de atrair capital estrangeiro, e na verdade ocasionou um fuga em massa de capitais daquele país, reduzindo drasticamente as reservas internacionais do México e contaminando outras economias em desenvolvimento. Os E.U.A. acabaram ajudando o México devido ao aumento do número de imigrantes mexicanos tentando fugir para os E.U.A. para escapar da miséria, o Brasil acabou escapando do contágio pela crise pois resistiu e não desvalorizou sua moeda, porém gerou grande desconfiança dos investidores em relação ao Real. Após passar por essa crise, outras duas se sucederam no cenário internacional a Asiática e a Russa e a situação artificial do câmbio sobrevalorizado ficou insustentável e em 1999 o governo desvaloriza o Real deixando-o flutuar.

Com isso as reservas internacionais do Brasil se reduziram a metade e a dívida externa subiu de forma exorbitante, obrigando o país a pedir novamente ajuda ao FMI, que em contrapartida exigiu uma série de medidas restritivas como superávit primário suficiente para pagamento do serviço da dívida gerando uma grande recessão interna no país. No entanto apesar das crise geradas pela abertura da economia na década de 1990, essas

mesmas políticas neoliberais permitiram um grande avanço produtivo e de competitividade ao país, e graças a desvalorização cambial de 1999 o país passou a ter superávits primários crescentes e apesar de ainda bastante vulnerável a crises externas, o país possui hoje condições jamais vistas antes para um crescimento sustentável.

A metodologia utilizada no estudo faz uma abordagem histórica a cerca da evolução do endividamento do país a partir da década de 70, que culminou no ano de 1985 com o estabelecimento do Consenso de Washington que previa o estabelecimento de medidas neoliberalizantes por parte dos países endividados do terceiro mundo, e que foi responsável pela abertura comercial do Brasil durante a década de 1990. A abordagem teórica será feita a partir da análise de livros, artigos e autores além de pesquisas desenvolvidas por meio da *Internet*.

# 1 DA CRISE DO ENDIVIDAMENTO À LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA MUNDIAL

## 1.1 A dívida dos países em desenvolvimento e os altos juros e débitos

Devido à elevação dos dólares circulando no euromercado, que era um mercado de eurodólares, ou depósitos e empréstimos feitos em dólares em bancos fora dos E.U.A., formando um fundo de capital internacional, a curto prazo que é movimentado com grande rapidez. Os E.U.A. em agosto de 1971 quando suas reservas de ouro caíram abaixo dos níveis mínimos aceitáveis, anunciaram o fim da conversibilidade do dólar em ouro, porém continuaram tentando manter as taxas de câmbio fixas até 1973, quando essas passaram a flutuar, era o fim do acordo de Bretton Woods. O fim de Bretton Woods e o aumento do fluxo e depósitos de petrodólares, provenientes da primeira crise do petróleo, no euromercado gerou grande necessidade de reciclagem desse dinheiro através de empréstimos a países subdesenvolvidos<sup>1</sup> por meio de juros baixíssimos e taxas flutuantes para resguardar os bancos da instabilidade inflacionária, em nível de conjuntura global.

A conseqüência de tantos empréstimos originou o maior endividamento, envolvendo tais países de terceiro mundo, aceitando empréstimos com a meta da aquisição de produtos das economias já desenvolvidas, as quais estavam em recessão, dando melhores condições para enfrentarem aquela crise (GONÇALVES, 2000).

Por volta de 1979, aconteceram, simultaneamente, dois fatores: o aumento estratosférico dos juros pelos Estados Unidos e demais países industrializados provocou elevados recordes das taxas e na cotação do dinheiro americano e a queda do preço das matérias primas dos países subdesenvolvidos. Acreditando na venda das matérias primas

---

<sup>1</sup> Conjunto das nações pobres da Ásia, África e América Latina, abrange países de orientação e sistemas políticos dos mais diversos e antagônicos, unidos apenas pelo subdesenvolvimento (SANDRONI, 1989).

com o objetivo de liquidar tal dívida, os países pobres continuaram pedindo ajuda por meio de empréstimos. Depois que o México<sup>2</sup> se encontrou sem saída – ou melhor – em uma bola de neve, a qual crescia sem parar, anunciando sua impossibilidade de quitação de suas dívidas, os demais países – como o Brasil em 1987 – o seguiram, deixando os maiores bancos praticamente no colapso.

A única solução da rede bancária foi a redução de seus empréstimos aos países em crescimento, como a América Latina, dando por fim os financiamentos dos déficits em acordos correntes, exigindo destes um déficit em transações correntes tendente a zero e um superávit comercial satisfatório para cobrir o déficit de serviços, criando um processo de transferência de recursos reais ao exterior, levando relevantes resultados acerca do estoque das dívidas, aumentando-as exorbitantemente (RICARDO, 2002).

A fim de minimizar tal problema, o Fundo Monetário Internacional – FMI – e o Banco Mundial – BC – com a imposição das famosas Políticas de Ajuste Estrutural – PAE –<sup>3</sup> tentam prever o equilíbrio e o aumento das economias dos países endividados a partir do acréscimo da imposição fiscal, corte nos empregos e salários do funcionalismo público e nos gastos da saúde, educação e serviços sociais, desvalorização do câmbio, liberalização do comércio para o exterior e produção para a exportação.

Desde então, a dívida externa dos países em crescimento tornou-se um ciclo vicioso auto-sustentado: organizações e países credores, os quais, com medo do arrombamento do sistema financeiro global, concederam mais empréstimos por meio de

---

<sup>2</sup> Moratória mexicana em 1982 – os bancos privados interrompem créditos novos para países devedores, complicando a situação de países dependentes de capitais externos para financiar, como era o caso brasileiro.

<sup>3</sup> Apresentadas à América Latina sob a forma de “conselhos” em um documento intitulado Consenso de Washington (oriundo de uma reunião em novembro de 1989, Washington, EUA), que recomendavam a adoção de medidas como acabar com os déficits públicos, adotar disciplina fiscal rígida; fazer reforma tributária com diminuição de impostos; promover a abertura comercial; liberalizar a conta de capitais; privatizar e desregulamentar a economia.

exigências muito severas e sujeitando os países com dívida a usarem parte desses empréstimos para liquidar o serviço do endividamento aglomerado, indicando a necessidade de mais financiamento para fomentar a economia interna de cada país, continuando com o pagamento do serviço do débito, o qual já foi acrescentado com o último empréstimo e assim por diante como uma bola de neve, crescendo sem parar (DATHEIN, 2002).

## **1.2 O caso da dívida brasileira**

Por falta de recursos, pode-se encontrar a concepção e desenvolvimento da dívida externa nas ligações financeiras do Brasil com o mundo inteiro. O fato de o Brasil recorrer a empréstimos proporcionou lucros elevados, dispensando a área financeira nacional de formar um apoio de conquista de recursos de longo prazo (RICARDO, 2000).

Sem dúvida, um dos fatores cruciais da entrada nesta bola de neve foi a existência no Brasil de um sistema financeiro acanhado, incapaz de segmentar os recursos reais industriais, tendo em contra partida um sistema financeiro mundial com exagerada liquidez de recursos financeiros, tornando-se muito escasso em época de crises.

Foi na fase do milagre brasileiro, entre 1971 e 1973, que surgiu a elevada dívida externa do Brasil, financiada pela entrada de recursos externos, disponíveis em termos reais até com juros negativos, onde o acúmulo de reservas esclarece o acréscimo da dívida bruta. (GONÇALVES, 2000).

O Brasil teve um dos mais altos índices de crescimento em nível mundial durante todo o período desenvolvimentista<sup>4</sup>, à grande disponibilidade de liquidez internacional, permitiu a diminuição da restrição externa. A fartura de crédito particular para

---

<sup>4</sup> É época em que JK governou o país e que relaciona o fenômeno do crescimento a um processo de industrialização, de aumento de renda por habitante e da taxa de crescimento (SANDRONI, 1989).

os países em desenvolvimento admitiu a aceleração das taxas de crescimento, aceitando que o Brasil progredisse na ação de industrialização, iniciada nas década de 50/60, complementando sua matriz industrial com a produção de bens de capital e dos insumos imprescindíveis ao funcionamento da economia. O contrapeso deste procedimento foi um endividamento externo além das possibilidades do balanço de pagamentos, responsável pelo estrangulamento do desenvolvimento, quando – entre o fim da década de 70 e começo da década 80 – a economia brasileira foi submetida a quatro colisões letais: aumento das taxas de juros internacionais, estrago dos termos de troca, interrupção do financiamento externo e recessão na economia internacional (FIORI, 1997).

### **1.3 O fortalecimento da abertura econômica pós-1990**

Apesar de certas ações terem surgido no término dos anos 80, como a liberalização do comércio exterior e das primeiras privatizações, as fases mais expressivas se apresentaram desde 1990, considerada a década das reformas no Brasil.

O governo adotou - em março de 1990 - o câmbio flutuante, ficando a cargo das instituições financeiras decidirem, todos os dias, o valor do dólar no mercado. O Banco Central não mais definiu a taxa de câmbio, anunciando que, se preciso, interviria, comercializando tal moeda para evitar a volatilidade das taxas e acumulando reservas internacionais.

Com a meta de impulsionar as exportações, o câmbio variou de 1990 a 1991 em torno da inflação com alguma recuperação além da inflação no término da década de 1990, época em que algumas reformas que haviam se iniciado no término dos anos 80 foram aprofundadas, por exemplo as privatizações e abertura econômica. Inúmeros planos econômicos tentaram bombardear a inflação, porém somente com o Plano Real o país



começou a conviver com uma estratégia de combate à inflação que tivesse condição para estabelecer os preços durante o restante da década, facilitando a liberalização do comércio internacional e a implementação das reformas estruturais.

As limitações do câmbio começaram a atenuar no término dos anos 80 e o país se encaminhou para uma política comercial menos fechada e imparcial.

A abertura da economia iniciou-se no encerramento da década de 80 com a diminuição de várias alíquotas de importação e abolição das limitações quantitativas da importação de similares nacionais. O governo reduziu, de 1988 a 1993, a proteção aos produtos fabricados aqui. Sem hesitar, foi importante a liberalização do comércio para os bens de consumo como, e a eliminação da lista de artigos de importação proibida ofereceu ao cliente o caminho legal a produtos estrangeiros, degredado havia anos.

A política de comércio seguiu - desde meados dos anos 80 - uma linha mais indiferente quanto às exportações. De 1983 a 1985, vários subsídios foram eliminados. Em março de 1990, depois da posse do Governo Fernando Collor, baniram-se os subsídios e reduziram-se os incentivos que favoreciam os exportadores. Batalhando continuou o governo pela desobrigação total de impostos sobre importação, tomando medidas para enriquecer o esquema de financiamento de exportações.

Foi imenso o impulso da liberalização comercial, tendo resultado positivo para o Brasil, já que o Brasil passou a se integrar na economia mundial, representando tal incentivo para a modernização tecnológica e incremento da produção. As importações de bens de capital e de consumo especialmente tiveram grande expansão na década de 1990. A concorrência e a fácil entrada ao capital estrangeiro instigaram os produtores domésticos a aperfeiçoarem sua rivalidade, possibilitando o crescimento da oferta doméstica e de produtos

importados, agravando-se depois da entrada do Plano Real que, quando estabeleceu a moeda e a taxa cambial, elevou o volume de importação, criando déficits na balança comercial, mesmo com o crescimento nas exportações, sobretudo para o Mercosul, que exerceu uma função primordial na ascensão do comércio internacional. Para melhor compreender tal situação, existe – em anexo – a tabela 1: Balança Comercial, Transações Correntes e Balanço de Pagamentos (U\$\$ Bilhões).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Liberalismo e igualdade

A liberdade econômica é vista por muitos igualitaristas como fonte e celeiro de todo mal social. Desde logo, na sua argumentação em prol da igualdade não poderiam faltar os ataques à liberdade econômica. A liberdade econômica não é a origem da desigualdade, mas sim sua mantenedora. Sublinhar esse aspecto não é de somenos importância posto que se estará reconhecendo a existência de certa realidade, alheia às determinações humanas sobre as quais, em muitos casos, a intervenção ocasiona desajustes e insatisfações em muito maior grau do que os males que se quer evitar. Não se trata de proceder à irrestrita defesa de uma espécie de *laissez faire* das forças da natureza ou de uma social *invisible hand* frente à capacidade humana de organizar a vida em comunidade, mas sim de fixar claramente os limites aceitáveis dentro dos quais o homem pode operar (FLAMANT, 1990).

Um outro forte motivo para que o igualitarismo original congruente não possa conviver com o liberalismo. É que este alimenta o espírito empreendedor do ser humano e, por conseguinte, torna-se povoada de seres eminentemente críticos e tendente a engendrar desigualdades. O *modus operandi* e motor do sistema liberal em matéria é a promessa por maiores recompensas ao trabalho que socialmente seja reputado como valioso. Assim lançados à disputa, é inevitável que surja uma intensa contradição de interesses. Estas paixões fomentadas desconhecem um adversário ou inimigo fixo; pode ser qualquer um que se oponha aos seus interesses, inclusive e não raramente, o próprio governo. A contradição que se estabelece com os princípios de uma sociedade igualitária ou fechada é que nela o sistema está alicerçado na determinação de políticas públicas cuja finalidade é controlar a

sociedade e mantê-la coesa no maior grau. Para tanto, se torna indispensável o estabelecimento de metas a cumprir e de leis fiscais que averigüem seu cumprimento. Para averiguar e cumprimento de tais metas, na prática de sistemas fechados, a fiscalização transformou-se em espionagem e controle da vida privada dos cidadãos.

Esta coesão não é natural e, na realidade, é obtida mascaradamente, tornada pública por meio da proibição de manifestações populares e, conforme o grau de controle que o regime possa exercer, até mesmo na esfera privada. Enfim, historicamente ficou demonstrado que o planejamento central, aplicado de modo expandido, não consegue operar sem esses componentes e nem o igualitarismo original, por conseguinte, dominar completamente o espaço público como forma de manter o poder.

Dos regimes igualitaristas, pode dizer-se que são antinaturais, posto que demandam um controle excessivo sobre as ações e comportamentos tanto individuais quanto sociais. A liberdade econômica é sua antípoda à medida que, nesse tipo de organização social, o motor do comportamento é apenas o interesse individual, para o qual não pode encontrar guia ou intérprete mais fiel do que na autonomia para as ações, contrariamente aos regimes igualitaristas, que supõem e exigem a subordinação cidadã (FLAMANT, 1990).

## **2.2 Liberdade econômica e política**

O liberalismo econômico e político possuem uma mesma face defensora das liberdades: é que ambos se opõem à extensão dos poderes do Estado. A limitação da ação do Estado e do político, *strictu sensu*, significa transferência aos indivíduos de atividades antes entendidas como sendo de competência exclusiva do Estado. O hiperdimensionamento da esfera estatal invade ambas as liberdades, política e econômica. Não o faz de modo necessário e em igual intensidade em ambas. É perfeitamente concebível, assim como o atesta a história,

que se presencie liberdade econômica ali onde a liberdade política não amadureceu.

Mas por qual motivo pode-se afirmar, além da verificação histórica, que a liberdade econômica motiva o desenvolvimento social e das liberdades, a política inclusive? Um desses motivos é que a liberdade econômica demanda crescentes aumentos de produtividade e estes, por sua vez, apenas se tornam acessíveis à sociedade na medida em que seus cidadãos disponham de progressivos avanços na área educacional. Este avanço, em um processo histórico inarredável torna os indivíduos altamente reacionários a quaisquer esquemas políticos nos quais as liberdades políticas, em sentido amplo, não estejam devidamente tuteladas pelo ordenamento jurídico, pois à proporção que o sistema lhes demanda produtividade e eles respondem, logo se tornam autoconfiantes. Enfim, tomando como pressuposto do processo de globalização a economia aberta e o conceito de liberdade econômica que lhe fundamenta, pode-se concluir que o desenvolvimento dessas estruturas de livre comércio internacional provavelmente viriam acompanhadas de maior estabilidade econômica e liberdade política. Enfim, os países em desenvolvimento precisam de mais globalização.

Uma transferência de poderes significativa da órbita estatal à esfera privada em uma sociedade bem organizada tem poderosas conseqüências. A primeira delas é que o grau de liberdade desfrutada pelos cidadãos aumenta. Com isso, se dão as condições para o fortalecimento das organizações da sociedade civil e da eventual rede de resistência às ações políticas autoritárias que o Estado tenha forças para perpetrar pelo foco do poder no indivíduo sustentado pelo liberalismo (RAWLS, 2000).

A opção pela descentralização tem múltiplas razões. Entre elas a de que a concentração de poderes se demonstrou historicamente incompatível com os fins libertários.

A descentralização surge como alternativa por meio da atribuição de peso e poder a grupos políticos dispare e o reconhecimento dos focos de poder extra-parlamentares. Na forma centralizada de organização do poder, mesmo em sua versão democrática, o problema que hoje se põe é o da crise das democracias representativas. A crise política aí se expressa na incapacidade de preservar o espírito de representação como uma atividade a exercer conforme desígnios dos representados, fato este ainda agravado pela ineficácia de boa parte dos sistemas normativos em enfrentar situações de mau uso do poder ou mesmo de pura corrupção.

As decisões geradas por um sistema político deste naipe, como de resto as de qualquer outro assemelhado, caracterizam-se por um inevitável conteúdo restritivo das liberdades individuais. A diferença entre um de característica democrática e o de seus antípodas reside na proteção concedida pelo primeiro ao conjunto de liberdades garantidas. Nesse contexto, as limitações à liberdade ocasionam menos prejuízo liberdade do que se inexistissem tais limitações ou ainda se reinasse permissividade absoluta, o que configuraria o caos jurídico-político e administrativo. No primeiro caso se observa a intersecção entre as decisões políticas e a livre ação individual de que desfrute uma sociedade. Este nível será mais alto à medida que exista uma comunicação razoável entre a cidadania e os representantes e os gestores políticos (RAWLS, 2000).

A partir destes princípios, o liberalismo identifica a precariedade da compatibilidade entre a liberdade individual e o processo de acréscimo de legislação que costuma a acompanhar o hiperdimensionamento do Estado. Tomando essa máxima como ponto de partida, pode-se concluir essas linhas, afirmando que as decisões de grupos que figuram na atual política em posição de liderança também dizem respeito aos objetivos que estariam majoritariamente melhor localizadas no âmbito das decisões individuais.

### 2.3 Neoliberalismo

A globalização começou no Séc. XV com o crescimento do capitalismo e sua expansão ultramarina: a conquista e exploração da Ásia, África, América Latina e as colônias brancas na América do Norte e Austrália foram todas instâncias da globalização. Em outras palavras, esteve, desde o início, associada a globalização ao imperialismo: a cadeia global era baseada na acumulação européia – a exploração do 3º. Mundo para a acumulação no primeiro.

O segundo padrão de globalização foi construído em torno do comércio inter-imperial. Resumindo: a globalização não é um fenômeno novo, mas um novo nome que compreende diferentes processos sócio-políticos e econômicos. As principais agências de hoje, as empresas multinacionais desempenham papéis que cabiam às companhias de comércio, integrando e se apropriando de recurso e explorando mão de obra barata (de empregados e contribuintes) para financiar a expansão além-mar. Assim, tanto no Sul como no Norte, os trabalhadores foram explorados (PETRAS, 1999).

A condição fundamental para a globalização é o êxito do capital em converter o Estado em um instrumento de expansão ultramarino. O argumento de que a globalização é o resultado da revolução tecnológica ou da informação tem várias falhas básicas. As novas tecnologias facilitam as correntes de dados, aumentando a velocidade das transferências e movimentos de capitais. A taxa de lucro é que determina como os dados serão usados, o tipo de atividade econômico e o local dos investimentos são funções de decisões sociopolíticas, feitos por qualquer que seja a classe social ou instituições econômicas que tiverem o controle do Estado.

Longe de ser antiestadista, o neoliberalismo, por meio do capital

multinacional exige um Estado ativo. Ao perseguir políticas de diminuição de salários, implementando cortes sociais no orçamento, transferindo aposentadorias para o capital privado. Assim, os Estados do terceiro mundo reconcentram renda para a expansão ultramarina, sendo mais claramente evidente na atual fase neoliberal do capitalismo com as chamadas 'políticas de ajuste estrutural' do capitalismo por Estados do 3º. Mundo em colaboração com o FMI / Banco Mundial, aumentando a concentração de renda e a disponibilidade de propriedade pública nacional.

A crescente contradição entre globalização e decadência da economia interna do Hemisfério Norte e a contradição entre uma crescente integração da elite no mercado mundial entre a pilhagem de recursos nacionais e operariado no Sul está criando as bases para um novo tipo de internacionalismo, construindo em torno de uma posição comum aos Estados, e as classes, controlando e dirigindo a globalização (PETRAS, 1999).



## 3 A LIBERALIZAÇÃO DO BRASIL

### 3.1 As políticas de abertura do sistema financeiro

A fase de mudança do Governo Sarney para o Collor marcou o começo da década de 1990, onde, no final do Sarney em 1989, com uma superinflação em que o dinheiro perdia, em média, 2% ao dia e a economia era totalmente indexada. A política monetária era inativa: conservação da taxa de juros alta e estável, a fim de evitar especulação e ineficiência ao usar as reservas monetárias como ferramenta de política monetária, devido à diminuição das operações de empréstimo do sistema financeiro. O único caminho que tinha ao governo era o mercado aberto. O BACEN formava taxa diárias de *overnight*<sup>5</sup> com base na esperança de inflação corrente, tornando a indexação sem fronteiras. Assim, o déficit público atingiu 8% do PIB com o agravante da falta de credibilidade governamental. As despesas não podiam mais ser custeadas pela emissão de novos títulos públicos, pois o mercado não absorvia mais a dívida. Com o objetivo de liquidar suas dívidas, o Governo lançava moeda, piorando a inflação (ANDREZO, 1999).

Com a realidade acima assumiu Fernando Collor de Mello em 15 de março de 1990, apoiado pelas elites e mídia, elegendo-se ao prometer transições radicais no Brasil. Em 16 de março, anunciou o Plano Collor, cuja meta era acabar com a crise, ajustar a economia, atenuando a intervenção do Estado como agente regulador, e deixar o país em nível de desenvolvido. Substituiu o Cruzado Novo pelo Cruzeiro e bloqueou por um ano e meio os valores líquidos em aplicações financeiras e contas correntes, cadernetas de poupança e demais investimentos no país inteiro; tabelou os preços para mais tarde liberá-los aos poucos; congelou os salários para serem negociados depois entre patrões e empregados;

---

<sup>5</sup> Operações realizadas diariamente pelos bancos no mercado aberto, para obter recursos para financiar as suas posições em títulos públicos. Repassam esses títulos aos investidores com o compromisso de recomprá-los no dia seguinte, pagando uma taxa diária. Estas operações estão restritas às instituições financeiras.

elevou os impostos e tarifas, criando outros tributos; suspendeu incentivos fiscais não garantidos pela Constituição; anunciou corte brusco nos gastos públicos e redução da máquina do Estado com demissão de funcionários, extinção de autarquias e fundações e privatização de empresas estatais, facilitando a entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no Brasil e abriu o mercado interno para a concorrência estrangeira com redução gradativa das alíquotas de importação.

Ao serem surpreendidas e sem liquidez, as firmas pressionavam o governo, que liberou gradualmente o dinheiro aos grandes empresários para pagamentos de impostos municipais e estaduais, folhas de pagamento e contribuições previdenciárias, mas o dinheiro do povo continuou detido. Essa liberação foi feita de forma desproporcional entre os setores da economia, levando a uma expansão de liquidez, sendo a responsável pelo retorno da inflação e o governo tomou novas medidas, decretando, em janeiro de 1991, o Plano Collor II, objetivando controlar a circulação financeira, extinguindo as operações de *overnight* e criando o Fundo de Aplicações Financeiras (FAF)<sup>6</sup>, onde centralizava todas as operações de curto prazo, encerrando o Bônus do Tesouro Nacional fiscal (BTNf), usado pelo mercado para indexar preços.

Também usou a Taxa Referencial Diária (TRD) com juros prefixados e aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e praticou uma política de juros altos. Fez um grande esforço no sentido de desindexar a economia, tentando mais um congelamento de preços e salários e adotando um delator para contratos, criando um cronograma de redução de tarifas de importação, esperando que o avanço da competição na indústria pudesse manter a inflação.

---

<sup>6</sup> Fundo criado pelo plano Collor II em substituição aos fundos de curto prazo, inclusive o *open* e o *over*. As taxas de remuneração dos FAFs deveriam ser iguais às da TR, substituindo com vantagens as aplicações de curto prazo anteriores.

De fato, em 1991 a inflação reduziu para 481% ao ano, e no final de 1992 a economia começou a dar os primeiros sinais de recuperação, após um penoso processo de reestruturação das indústrias, que foram obrigadas, pela concorrência gerada com a abertura do mercado brasileiro aos produtos importados, a investir alto em modernização do processo produtivo, qualidade e alta produtividade (ANDREZO, 1999).

Devido aos escândalos políticos – lembrando um pouco o mensalão –, acontecidos em 1992 como o *impeachment* de Collor, assumiu o seu vice, Itamar Franco, não fazendo grandes mudanças na política, continuando com a política de abertura sem grandes impactos econômicos.

Em 1994, foi nomeado o ministro da Fazenda, o chanceler Fernando Henrique Cardoso - FHC, propondo o Plano Real, um Plano de Estabilização Econômica, o qual instituiu novas ferramentas de política macroeconômica como a taxa de câmbio e a poupança externa.

Enfim, o plano teve êxito e, por isso, seu criador tornou-se Presidente da República por dois mandatos seguidos. FHC, intelectual e sociólogo, tinha forte influência da corrente neoliberal com o objetivo de reduzir a participação estatal nas atividades econômicas. Conseguiu forte apoio do Congresso Nacional e promoveu uma ampla reforma na estrutura do Estado, como acabou com a discriminação da constituição em se tratando das empresas de capital estrangeiro e adequou as concessões de serviços públicos, transferindo-os para a iniciativa privada como eletricidade, rodovias, ferrovias e outras.

Além disso, FHC também gerou extenso processo de privatizações, amparado pelas mudanças legislativas, ocorridas durante a fase do Collor, adotou uma série de políticas neoliberais, mantendo o câmbio sobrevalorizado frente ao dólar, estabelecendo

os preços internos e pressioná-los para baixo por meio do estímulo à concorrência, nativa da abertura aos produtos importados, preservando e ampliando a abertura comercial, permitindo a renovação do parque da indústria, resultando em maior produtividade e competitividade nas exportações. Impôs políticas de juros altos, atraindo capital estrangeiro e reduzindo o nível de atividade econômica interna, evitando que o preço das importações provocasse maior desequilíbrio nas contas externas. Desempenhou ajuste fiscal progressivo, fundamentado na recuperação da carga tributária, no controle progressivo dos gastos públicos e nas reformas estruturais, equilibrando as contas públicas (SALLUM, 2001).

### **3.2 Desregulamentação do fluxo de capitais**

O progresso na tecnologia, a origem de uma ligação de mercado financeiro e a tendência generalizada de desregulamentação das atividades dos mercados de capitais passaram a ser regra na nova ordem globalizada, obrigando o Brasil a se adaptar quanto à sua política monetária.

O Brasil - desde 1990 - teve déficits crescentes na conta corrente e o enorme fluxo de capitais estrangeiros, seduzidos pela alta estabilização da economia, forçando o governo brasileiro a liberalizar seu sistema financeiro doméstico e a facilitar as transações financeiras com o mundo, mas, a fim de não mudar sua política monetária limitada, a partir de 1993 o governo exerceu novos controles sobre as entradas de capitais de curto prazo, mais conhecido como capital volátil e, por outro lado e devido à conjuntura econômica da época, descuidou de certos controles sobre a saída de capitais.

A abertura financeira aconteceu ainda na década de 80 com a promulgação da Constituição de 1988, permitindo a presença de capital estrangeiro em setores como infraestrutura e bancário. Já, no Art. 192, teve uma referência à implementação de um sistema

financeiro nacional estruturado, gerando o desenvolvimento equilibrado do Brasil.

Naquela mesma época, o Brasil vendeu algumas empresas estatais, não proporcionando os bons resultados esperados no sentido de capitalizar o Estado. Com a Lei 8.031 de 1990, que instituiu o PND, as privatizações tiveram grande impulso. Dentre os objetivos do governo com as privatizações estavam: reordenar a posição do Estado na economia e sanear as finanças públicas, contribuindo para a redução da dívida; modernizar o parque industrial, ampliando a competitividade e contribuindo para o fortalecimento do mercado de capitais por meio do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas.

Sessenta e oito empresas foram incluídas no PND de 1990 a 1992. Entre 1993 e 1994, 15 foram desestatizadas e o processo foi intensificado, permitindo-se uma participação estrangeira em até 100% do capital votante. Em seguida, o programa foi ampliado e o PND passou a ser um dos principais instrumentos de reforma e capitalização estatal.

Em 1991, no âmbito do Sistema Financeiro Internacional, foi divulgado o Plano Diretor do Mercado de Capitais com o objetivo de fomentar e desregulamentar o mercado de acordo com a tendência internacional de desregulamentação e expansão do mercado de capitais por meio de aplicações de *portfólio*<sup>7</sup>, também nos países emergentes. Tal Plano apresentou uma cartilha de medidas (DATHEIN, 1999) de desregulamentação e fomento do sistema financeiro e do mercado de capitais: crescimento da transparência das empresas; maior eficiência na administração de recursos; aperfeiçoamento do sistema de intermediação, incluindo bolsas e mercado de balcão; agilização e redução dos custos de

---

<sup>7</sup> Investimento de portfólio – capitais de curto prazo que caracterizam-se por elevada volatilidade e reversibilidade. Possuem liquidez imediata, investem no mercado financeiro, auferindo lucros entre as transações. Em outras palavras, capital especulativo.

colocação dos valores mobiliários; reavaliação das funções de crescimento e fiscalização do mercado de capitais e reestruturação da CVM; estimular a participação dos funcionários no lucro da empresa e constituir poupança ou patrimônio líquido do trabalhador; maior controle e participação na gestão das empresas por parte dos sócios mediante a emissão de ações ordinárias, valorização das preferências, melhoria na política de dividendos e proteção ao minoritário; flexibilização de mecanismo de captação de poupança externa, caminhando gradualmente para a abertura do mercado ao exterior e agilização da Justiça.

Foi autorizada, em 1991, a entrada de investidores institucionais estrangeiros no mercado acionário doméstico sem critérios de composição, capital mínimo inicial e período de permanência. Foram autorizadas, no mesmo ano, aquisições de cotas de fundos de investimento, que se diferenciavam em relação às modalidades de aplicações permitidas. Em 1993, criaram os Fundos de Renda Fixa Capital Estrangeiro e, em 1996, dois fundos de investimento constituídos no Brasil, abertos à participação estrangeira.

Inerentes ao mercado financeiro, as principais mudanças foram<sup>53</sup>: A regulamentação dos Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes – fundos estabelecidos em condomínio fechado com duração de dez anos, objetivando aplicar recursos em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de firmas em ascensão, sendo proibido o investimento em grupo de sociedades com patrimônio líquido superior a 120 milhões de reais.

A Emenda Constitucional 1996 de 15 de agosto de 1995 revogou o artigo 171 da Constituição Federal, extinguindo a definição de empresa brasileira de capital nacional e a possibilidade de a lei colocar proteção e benefícios especiais em relação à empresa brasileira de capital nacional, sendo um marco na abertura da economia brasileira e

de setores até então monopolizados pelo Estado.

A prática do PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional: com o fim da inflação os bancos reduziram os lucros, oriundos das transações financeiras e precisaram mostrar maior eficiência para ter bons resultados. Além disso, o BACEN abateu os ganhos com *floating*, obrigando os bancos a reduzir gastos, cobrar tarifas mais elevadas e aumentar os juros.

Regulamentação das Contas de não-residentes e transferência internacional de Reais, permitindo que qualquer pessoa física ou jurídica não-residente no Brasil pudesse movimentar moeda estrangeira por meio de depósito em uma conta corrente específica no país, em qualquer banco autorizado a operar no mercado de câmbio de taxas livres e flutuantes. As instituições credenciadas pelo Banco Central puderam negociar moeda estrangeira com instituições financeiras no exterior em quantidade ilimitada, isto mediante a conta específica de instituição financeira.

A criação do *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs: Certificados de Depósito de Valores Mobiliários, prestigiados como certificados representativos de valores mobiliários de emissão de companhia aberta ou assemelhada com sede no exterior e emitidos por instituição depositária no Brasil, autorizada pelo BACEN e CVM, emitindo BDRs lastreados em valores mobiliários, dados por companhias abertas estrangeiras, que ficam em seu país de origem sob custódia de determinada instituição. Assim, os investidores brasileiros passaram a ter uma nova maneira de aplicar seus recursos em empresas estrangeiras.

Ao observar as mudanças, sobretudo na década de 1990, percebe-se a redução da participação do Estado no Sistema Financeiro Nacional como detentor de

empresas, instituições e recursos, buscando agir somente como fiscalizador e regulador. Em contrapartida, a importância da iniciativa privada foi crescendo gradativamente, destacando-se o aumento da participação do investidor estrangeiro e sua importância no financiamento do crescimento da economia.

### **3.3 Nova dinâmica industrial brasileira com a liberalização da década de 90**

A partir da esperança do setor produtivo, as dimensões do método de liberalização com maior impacto foram a abertura comercial e a desnacionalização da propriedade da qual as privatizações representaram grande parcela, constituindo parte fundamental de um padrão de crescimento alternativo.

A abertura seria uma via de mão dupla, pois, ao mesmo tempo em que levaria uma maior concorrência nos mercados locais, também permitiria o acesso mais fácil aos mercados externos, ou seja, o aumento de produtividade permitiria abrir novos mercados via aumento de competitividade.

A atividade industrial instalada visaria ao mercado global e participaria nas cadeias de valor reunido conforme as vantagens comparativas que definiriam um padrão de especialização intra-setorial.

Quanto a esse novo exemplo de crescimento, há algumas ressalvas iniciais a serem postas com base na experiência contemporânea de crescimento. Considerando o contexto histórico no qual se deu a industrialização brasileira como industrialização periférica, a concorrência e a inovação tiveram um papel distinto à proporção que não houve um centro autônomo de inovação tecnológica.



Enquanto o modelo tecnológico se firmou estável, podendo ter êxito do benefício da sua disseminação, a estratégia de internalizar novos setores produtivos e diferenciar a economia revelou-se em um caminho certo. Entre 1990 e 1995, a proteção à indústria foi drasticamente reduzida com a tarifa alfandegária média caindo a um terço da que havia prevalecido na década anterior. Durante a maior parte da década de 1990, assistiu-se a uma valorização sistemática das taxas de câmbio real e efetiva. A taxa em relação ao dólar apreciou-se rapidamente em 1994 e, desde então, permaneceu no mesmo patamar até a desvalorização e posterior flutuação em 1999.

O movimento de apreciação foi mais acentuado perante as outras moedas relevantes, pois as moedas da Europa e Japão se desvalorizaram diante do dólar. As outras moedas relevantes na Ásia mantiveram-se atreladas ao dólar e se desvalorizaram diante do real no idêntico ritmo dessa moeda.

A siderurgia e metalurgia tiveram importante estímulo da demanda, resultada por chapas de aço para a produção de bens duráveis, sendo em parte compensadas pela diminuição do saldo comercial do setor.

Surgia por parte da privatização uma nova mudança de propriedade e de busca de mercado, determinando um avanço da concorrência e de investimentos, ampliando-se a atuação do oligopólio global no país por meio de maior presença de marcas internacionais. As conseqüências foram menores do que o esperado pela rápida estabilização do oligopólio e a perda de mercados potenciais.

O setor farmacêutico foi um exemplo do impacto da estrutura de propriedade e de mercados sobre o investimento. Mesmo com a grande ampliação da demanda depois da estabilização e da manutenção dos coeficientes de comércio, o setor

investiu razoavelmente, pois era dominante por um oligopólio estável que reproduzia os principais atores do oligopólio internacional.

A fabricação de máquinas e equipamentos teve pouca ascensão devido ao insignificante dinamismo do investimento em infra-estrutura.

Na área de produtos para telecomunicação e informática, o grande aumento da abertura transformou a indústria nacional em simples montadora.

O aumento importações provocou uma perda de mercados internos e externos, determinando o encolhimento do setor na maioria de seus segmentos, recuperando-se depois do estabelecimento de cotas de importação após 1995.

## 4 O PLANO REAL

### 4.1 A prática do Plano Real

Passaram-se vários projetos de estabilização e trocas de moeda desde o Brasil Colônia, quando o governo pôs em prática o que teve mais êxito: o Plano Real, lançado sob condições políticas peculiares, no último ano de um governo abatido, desconjuntado e não teve o apoio do Fundo Monetário Internacional – FMI, convivendo com taxas de inflação estratosférica maiores que 100% havia uma década.

O Ministro FHC anunciou - em 07 de dezembro de 1993 - que este plano seria composto de três fases: a primeira seria um mecanismo de equilíbrio orçamentário; a segunda colocaria uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos mais importantes da economia e a terceira formaria a conversão dessa unidade de conta na nova moeda do país a uma taxa de paridade semi-fixa com a moeda americana - o dólar.

Com o Plano Real, houve a maior substituição de dinheiro já realizada no planeta terra, recorde superado com a permuta de moedas européias pelo euro<sup>8</sup> em 2002. O Banco Central coletou e queimou mais de 3 bilhões de cédulas de cruzeiro real, emitindo quase 2 bilhões de cédulas de real, aproximando-se de 30 bilhões de reais.

As mudanças desde o Plano Real sustentaram a estabilidade dos preços e asseguraram ganhos aos trabalhadores. A inflação manteve-se em níveis de países desenvolvidos e a estabilidade se firmou.

A prática do Plano Real foi por duas Medidas Provisórias, depois convertidas em lei, editadas em fevereiro e junho de 1994. A equipe envolvida com a

---

<sup>8</sup> Denominação da moeda unificada que a União Européia adotará em 1999 e que passou circular a partir de 2002. SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: 2002, p. 226.

implementação do plano promoveu um amplo debate com a sociedade para esclarecer os novos conceitos e a impossibilidade de choques.

Depois de concluso o processo de desindexação da economia, o principal instrumento de combate à inflação era a política cambial e de comércio exterior, a qual visava ao aumento da concorrência no mercado interno. Para isso, além da redução das tarifas, que já se havia iniciado em 1993, o governo deixava flutuar a taxa de câmbio gerando forte valorização cambial em relação ao dólar.

A própria redução da inflação acirrava a concorrência doméstica à proporção que os preços se tornavam mais transparentes, fazendo os consumidores ou compradores de insumos passarem a ter memória de preços. Essa estratégia, mesmo positiva em termos de combate à inflação, criava um déficit crescente na balança de transações correntes pela maior pressão sobre as importações e sobre alguns itens da balança de serviços como turismo e despesas com fretes e seguros, consequência do maior volume de comércio.

O governo buscava superávits na balança de capitais com a implantação do programa de privatizações e com taxas de juros extremamente elevadas para evitar que o déficit em conta corrente levasse ao desequilíbrio externo. Nesse contexto, a política monetária tornou-se o instrumento de equilíbrio do balanço de pagamentos. A manutenção do câmbio apreciado passava necessariamente pela política de juros elevados.

Depois da criação da moeda, a manutenção das taxas de inflação próximas de zero passou a ser administrada com a contribuição da valorização cambial, algo que foi observado devido ao aumento da demanda por Reais. A política monetária era voltada para atração de recursos externos no intuito de manter a moeda nacional valorizada e, assim,

conter a inflação via compra de insumos no exterior ou ampliando a competição com o produto estrangeiro, facilitado pela abertura comercial promovida.

A adoção do câmbio, administrado por bandas, foi posterior com as desvalorizações anuais passando a fazer parte do cenário econômico. O investimento estrangeiro direto em larga escala auxiliaram na formação de um estoque elevado de reservas internacionais, permitindo ao Banco Central fixar a taxa de câmbio.

O Plano Real conseguiu atingir o seu principal objetivo: o fim da superinflação, possibilitando aos brasileiros um planejamento de médio e longo prazo mais tranqüilo e uma pequena redução da desigualdade da renda já que a inflação atuava como um imposto regressivo, conforme observado pela queda do índice de Gini<sup>9</sup> de 0,604 em 1991 para 0,596 em 1999.

Ao ser implantado, o Plano Real se serviu de duas âncoras principais: as políticas monetária e cambial. A primeira usada pelo governo como instrumento de controle dos meios de pagamentos; a segunda tratava do controle das relações comerciais entre o Brasil e o mundo. Assim, o Real foi instituído para pôr fim em mais de uma década de crise inflacionária, baseando-se, de um lado na tentativa de cortar a inflação inercial (tudo era corrigido de acordo com a inflação de mês anterior), e de outro lado, no estabelecimento de uma âncora cambial.

A política monetária influenciou a economia graças ao estoque da moeda e à taxa de juros. A política cambial contou com duas importantes variáveis: a taxa de câmbio e o saldo da balança de pagamentos, composto do saldo da balança comercial, de serviços e de capital.

---

<sup>9</sup> Medida de concentração, mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à oligopolização da indústria. SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: 2002, p. 106.

Impostas pelo governo, as altas taxas de juros estimulam a entrada de capital estrangeiro e mantêm o equilíbrio no volume da moeda em circulação, graças ao saldo deficitário da balança comercial. Num primeiro momento, a entrada de capital produz um excedente de moedas em circulação, que por sua vez, aumenta a demanda em virtude do volume de oferta constante. Para que essa situação não chegue a desequilibrar a economia, majorando preços e alimentando a inflação, o governo estimula a poupança em detrimento do consumo, mediante elevação das taxas de juros.

A valorização do real em relação ao dólar, por sua vez, também estimula as importações e os investimentos de capital externo. As importações trazem tecnologia, redução de custos e participação de produtos internacionais de qualidade no mercado nacional. Para os consumidores, a competitividade favorece a multiplicidade de escolha, mais qualidade de produtos e mais estabilidade de preços.

A decisão de aplicar no mercado financeiro brasileiro deve levar em conta o diferencial entre as taxas de juros local e exterior bem como a expectativa de desvalorização do real em relação dólar para os investidores externos. Daí a necessidade de manter estável a taxa de juros.

O Brasil decidiu se endividar para acumular reservas internacionais, que funcionam como fundo de garantia contra a instabilidade monetária e cambial, se bem que essas reservas tenham sido mantidas devido à sobrevalorização do dólar.

Ainda que os altos níveis de reservas internacionais da economia brasileira garantissem segurança para o plano de estabilização era necessário implementar medidas de ajuste fiscal, que forçassem o desempenho cada vez menos significativo da âncora cambial sobre o processo inflacionário.

A estabilização para as empresas requeria um esforço adicional, pois a maneira de administrar o caixa, de gerir os estoques e de negociar com os fornecedores era cada vez mais decisiva para especificar os ganhos ou prejuízos.

Este novo plano também mudou a vida das pessoas, principalmente na área de recursos humanos das empresas. A estabilização da moeda impôs mudanças profundas da política de remuneração à busca do profissional ideal, do treinamento ao recrutamento. Tais mudanças seriam necessárias para satisfazer o consumidor que emergiu com o real.

A fim de conseguir a estabilidade, a opção inicial da equipe econômica foi pelo estabelecimento de taxas de câmbio flutuantes e taxas de juros elevadas. A valorização cambial decorrente dessa política ajudou a manter a inflação sob controle, funcionando como uma âncora nominal para os preços, mas gerou déficits crescentes em conta-corrente, financiados, inicialmente, com a entrada de capitais, então abundantes.

Além de combater a inflação, o Plano Real criou mudança mais drástica no setor externo da economia brasileira das últimas décadas. O “peso” dado ao setor externo como componente de estabilização foi, em grande parte, responsável por tal reforma.

A abertura comercial foi a grande marca do Plano Real. Conjugando um processo de redução de alíquotas de importações com apreciação cambial, a estratégia de estabilização foi extremamente dependente do setor externo. Não somente as importações desempenharam diretamente um papel importante no aumento da oferta, como também limitaram os aumentos de preços, mesmo que as importações não fossem efetuadas.

Os impactos dessa estratégia sobre o setor externo têm quatro períodos: o primeiro, desde a implantação do plano até março de 1995, caracterizado por forte pressão

de demanda interna e substancial aumento das importações. A demanda da economia aqueceu-se, porque a redução da inflação favoreceu as camadas de menos poder aquisitivo e também pela volta do crediário, viabilizado pela redução da inflação. Parte desse aumento de demanda foi desviado para as importações dos bens de consumo e de bens intermediários e de capital. Na realidade, a redução dos impostos de importação e de apreciação cambial tomava os produtos importados muito baratos em reais. A própria preocupação empresarial em reduzir custos para enfrentar a concorrência externa levou à utilização crescente de insumos importados e aquisição de bens de capital no exterior, devido a grande necessidade das empresas se atualizarem.

As importações cresceram - no primeiro ano do Plano Real - mais de 71% em relação ao ano anterior. No mesmo período, as exportações cresceram 20%. Surgindo a partir de novembro de 1994 os déficits comerciais, mas a situação deficitária da balança comercial não preocupou a equipe econômica do governo, uma vez que fazia parte da estratégia do plano utilizar de forma crescente a poupança externa para financiar o investimento interno. E isso somente ocorria por meio de déficits na balança de transações correntes.

#### **4.2 Política de câmbio do Plano Real**

Em 1994, foram concluídas as negociações para o estabelecimento do bloco econômico Mercosul (Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) e foi criada a Tarifa Externa Comum (TEC).<sup>10</sup>

O Banco Central assumiu o compromisso de vender dólares quando a taxa

---

<sup>10</sup> Significa o estabelecimento de uma tarifa comum para as importações de países assinantes de um acordo de integração econômica ou comercial, como, por exemplo, o Mercosul. SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: 2002, p. 593.



de câmbio atingisse R\$1,00 equivalente a US\$1.00. O Banco Central se limitou a evitar maior volatilidade na taxa de câmbio e coibir movimentos especulativos. Nos primeiros meses do Plano Real, o ingresso líquido de divisas, via operações comerciais e financeiras, propiciou valorização nominal da moeda, estimulando-se a demanda e limitando-se a oferta de divisas.

O sistema de bandas cambiais, adotados em março de 1995, fez o Banco Central atuar no mercado permitindo a gradual desvalorização do real em relação ao dólar, procurando neutralizar a elevação dos custos das exportações.

O Banco Central instituiu o leilão de *spread*<sup>11</sup> para definir taxas de compra e venda. No final de 1995, a cotação de venda do real situou-se em R\$ 0,973 por dólar, representando desvalorização nominal do real de 1,5% no ano.

O Banco Central também passou a sinalizar os parâmetros das taxas nas suas operações com as instituições financeiras, servindo de base para a taxa de câmbio pelo mercado. As taxas de Câmbio nem sempre estavam compatíveis com os indicados no leilão de *spread*, forçando o Banco Central fazer ajustes nas condições de liquidez para atender aos objetivos da política cambial.

A entrada de capitais estrangeiros era intensa e o mercado de câmbio tinha expectativa que a moeda brasileira se valorizasse. O Banco Central manteve o ritmo da correção cambial, mediante intervenções que contemplaram a venda de títulos públicos indexados ao dólar como forma de dar hedge ao mercado.

---

<sup>11</sup> Taxa adicional de risco cobrada, sobretudo no mercado financeiro internacional. É variável conforme a liquidez e as garantias do tomador de empréstimos e o prazo de resgate. SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: 2002, p. 575.

### **4.3 Os impactos das medidas adotadas na década de 1990 sobre a economia Brasileira**

Em duas fases pode ser separada a década de 1990: Até 1993, quando foram postas em prática as medidas drásticas de controle da economia<sup>12</sup> além de uma política de desregulamentação financeira e comercial com uma abertura brusca do país ao mercado financeiro e ao comércio internacionais. Nesse período, a economia brasileira viveu um momento muito delicado, com forte turbulência política<sup>13</sup>, contagiando o sistema financeiro e a economia, despreparados para os constantes impactos ocorridos nesses anos. O segundo período começou em 1994, quando uma profunda reestruturação do Sistema Financeiro Nacional teve lugar com aumento da participação do capital privado nacional e estrangeiro no âmbito do setor bancário e um intenso processo de automação dos serviços. Dois fatores foram determinantes: a estabilização de preços promovida pelo Plano Real, que pode ser considerado o divisor dos períodos e o aprofundamento da inserção da economia brasileira no processo de globalização. Em princípio, essa estabilização de preços e inserção internacional foi festejada por diversos setores da economia, com uma inundação de produtos globalizados e euforia consumista que gerou despoupança interna e déficits elevados na balança comercial.

Sem dúvida, o crescimento foi abaixo das expectativas. Todavia, pode-se questionar se esse fato deveu-se à incapacidade da abertura em estimular o crescimento ou à forma como ela se deu: brusca e indiscriminada, além de atropelada por muitos contratemplos.

O programa de abertura - na economia como um todo - foi baseado em

---

<sup>12</sup> Os planos econômicos do Governo Collor pretendiam esse controle.

<sup>13</sup> Período do *impeachment* de Fernando Collor.

regras estáveis e não discriminatórias de acesso aos agentes econômicos, em que se pretendia criar um ambiente competitivo entre diferentes setores, abrindo à concorrência externa e às imposições do mercado de capitais, tornando as empresas mais eficientes; incentivando os aumentos de produtividade e possibilitando a especialização da produção; acelerando o ritmo de criação, importação e difusão tecnológica, compatível com a expansão da competitividade das empresas brasileiras; aumentar a taxa de crescimento do produto e favorecendo uma diminuição da concentração de renda (SILBER, 2002).

Ao se aplicar a relação abertura x crescimento e suas conseqüências ao caso brasileiro, mudanças profundas podem ser observadas. Num primeiro momento, houve uma série de dificuldades ao sistema financeiro e ao setor produtivo, que se depararam, de uma hora para outra, com a concorrência externa especializada. Muitos bancos faliram, empresas encerraram suas atividades por não alcançar o alto padrão de produtividade e baixos preços dos competidores externos e o desempenho da economia caiu. Mas num segundo momento, após a adaptação à concorrência, a economia começou a usufruir dos benefícios da abertura, e a dar sinais de recuperação, despontando no cenário internacional com muitas empresas altamente qualificadas, produtivas e competitivas.

São consideráveis os impactos da abertura, elevando o potencial de crescimento do país, que só não foi maior em virtude das restrições da economia brasileira e dos impactos internacionais que ela sofreu ao longo da década de 1990.

#### **4.4 Reação ao contágio das crises por parte do Brasil**

Houve - com a chegada das crises internacionais - um desgaste das bases que garantiam a estabilização. A manutenção do câmbio tornou-se insustentável e todas as reservas brasileiras foram insuficientes para assegurar o não-contágio pela crise. Além da

insegurança provocada pela crise, o capital estrangeiro verificou uma série de indicadores brasileiros que não favoreciam a manutenção dos investimentos: elevação persistente dos déficits em conta corrente e das dívidas externa e interna, sugerindo que o Brasil poderia não ter condições de honrar seus compromissos e a queda na atividade econômica.

A paridade da moeda ficou insustentável, e em janeiro de 1999 o Real é desvalorizado em relação ao dólar, passando a flutuar.<sup>14</sup> O cenário artificial não pôde mais ser mantido, ocorrendo com muito atraso, segundo alguns analistas, o que ocasionou a queima de metade das reservas internacionais.

O Plano Real, devido à desvalorização, deixou de ser centrado na âncora cambial, permitindo que o dólar ultrapassasse a barreira de R\$ 2,00, partindo para a âncora monetária, centrada principalmente na alta dos juros. A repercussão foi de alta de alguns preços da ordem de 40% e o crescimento da dívida pública de cerca de 102 bilhões de dólares (CORSI, 1999), conforme gráfico 1 anexado.

Desde então, o mercado passou a exigir do governo a emissão dos títulos públicos com cláusula de correção cambial, fazendo a dívida pública interna subir verticalmente, representando hoje quase um terço do total da dívida. Por causa das altíssimas taxas de juros aplicados à rolagem, “o estoque da dívida pública interna já acarretou encargos acumulados de mais de 330 bilhões, só em juros, entre 1995 e 1999” (ANTUNES, 2002).

O governo recorreu ao FMI, que, em troca de empréstimos de emergência, impôs uma série de condições recessivas como uma política de restrição ao crédito, manutenção das taxas de juros elevadas, manutenção da abertura da economia sem controles

---

<sup>14</sup> Não livremente, porque o Banco Central intervinha a cada alta ou baixa excessiva do câmbio.

sobre o capital estrangeiro e ajuste fiscal baseado em superávits primários, implicando em cortes nos gastos sociais e nos investimentos.

Essa política gerou um aprofundamento da crise econômica, com queda do PIB e aumento do desemprego. O governo brasileiro conseguiu cumprir as metas acertadas com o FMI a um custo social bastante elevado, além de ficar muito suscetível às crises internacionais. O crescimento da economia na década ficou muito além da capacidade da economia brasileira que, por diversas vezes, em nome da estabilidade econômica, precisou reprimi-lo. As perspectivas para o futuro indicavam que a trajetória das políticas econômicas deveria ser no sentido de recuperar a capacidade de financiamento externo e do governo e incentivar a poupança interna, reduzir o déficit externo e público, mantendo a inflação sob controle e investindo na capacidade humana e técnica.

O Plano Real foi o único que conseguiu estabilizar a economia. As importações aumentaram com o consumo de bens importados, enquanto as exportações diminuíram, justificado pela abertura à concorrência e pelo câmbio sobrevalorizado com o intuito de atrair financiamento externo, que baratearam as importações em detrimento dos produtos nacionais, mas, num segundo momento, com as empresas brasileiras se recuperando e tornando-se competitivas, juntamente com a desvalorização cambial, o setor industrial voltou a crescer e o PIB teve resultados favoráveis, tirando a indústria brasileira da recessão. As exportações, apesar de oscilarem bastante, tiveram um crescimento ao final da década, passando a apresentar superávits, puxadas pelo *Agro business* e por grandes empresas exportadoras, de acordo com o gráfico 2 em anexo.

O Brasil deixou inúmeras oportunidades, oferecidas pela abertura e enorme ingresso de capitais, via privatização e IDEs, desenvolvendo de maneira mais dinâmica sua

economia, transformando-a numa das mais importantes entre as emergentes. Os resultados negativos são sempre absorvidos e traduzidos em entraves ao crescimento econômico e social.

## CONCLUSÃO

As políticas a serem impostas pelos países, na teoria, trariam vários benefícios como a estabilidade de preços criaria condições para o investimento privado; a abertura comercial e a valorização cambial, exigindo competitividade aos produtos domésticos, forçando-os a elevar sua produtividade; as privatizações e o investimento estrangeiro tornariam as empresas mais eficientes e diminuiriam os custos do Estado; a liberalização cambial atrairia poupança externa, que financiaria o déficit em conta corrente; a renda *per capita* aumentaria, em função do crescimento e estabilidade da economia e haveria um crescimento do consumo interno, além de tantas outras vantagens que a abertura prometia aos países que a ela aderissem.

Existem inúmeras conjecturas acerca dos possíveis equívocos, cometidos na condução da política econômica do país, que seriam os responsáveis pelo pouco êxito da liberalização. O Brasil não estava preparado para as profundas mudanças, trazidas pela liberalização.

Não havia financiamento do setor produtivo e o governo, para cobrir o rombo das contas públicas, elevava os impostos e emitia moeda, piorando o quadro inflacionário e diminuindo o poder de compra da população.

Esse era o cenário brasileiro quando, ao final da década de 80, o país recebeu um verdadeiro choque de ajuste econômico e abertura ao mercado externo, feitos de forma indiscriminada, sem respeitar as limitações sociais e econômicas brasileiras. Possivelmente, tinha-se a ingênua idéia, ao adotar as políticas neoliberalizantes, de que as forças invisíveis do mercado encontrariam um ponto de equilíbrio que se converteria em

ganhos incontestáveis ao país.

O Brasil não estava preparado para uma abertura tão brusca e não havia uma estratégia definida que sustentasse o rumo que a economia havia tomado.

Em menos de uma década, o maior país da América do Sul passou de uma ditadura militar, fechada ao mercado externo, para uma economia aberta, sem barreiras ao comércio internacional com o setor produtivo totalmente desprotegido e um sistema financeiro desregulamentado e aberto à livre mobilidade de capitais com impressionante liquidez, passando longe dos controles do Estado.

O Brasil não concluiu ainda a liberalização financeira, e é difícil saber a medida exata do grau de abertura financeira, mas pode-se observar que, comparado ao período anterior, houve uma liberalização significativa. Também não se pode inferir que a reestruturação do Sistema Financeiro Nacional o tenha tornado mais frágil perante os demais setores da economia, ao contrário, a reestruturação que houve permitiria supor que o país está se ajustando aos padrões internacionais e à realidade da globalização dos mercados. As políticas econômicas, sem muita opção, rezaram a cartilha dos mercados e isso se refletiu em uma entrada maciça de capitais externos – principalmente capitais voláteis. Os problemas tornam-se evidentes quando se nota o quadro interno: apesar de o país ter hoje um sistema financeiro de primeiro mundo, moderno e sofisticado, é incapaz de oferecer financiamento barato e abundante para as empresas e a população; a vulnerabilidade do mercado financeiro obriga à políticas anti-sociais para atrair capital externo e financiar as transações correntes, como política de juros altos, retração do consumo, desemprego e estagnação econômica. Em outras palavras, a economia brasileira, em todos os setores, absorve diretamente os impactos da vulnerabilidade do sistema financeiro. Este por sua vez, é escravo do mercado, sob pena



de ser castigado com a fuga dos capitais, a falta de financiamento externo e o engessamento do setor produtivo.

Pode-se inferir que o grande problema decorrente da liberalização dos mercados é a vulnerabilidade dos países, e o caso brasileiro ratifica esse resultado. Quando não há poupança externa disponível, os investimentos produtivos têm de ser reduzidos e, como conseqüência, o potencial de crescimento da economia diminui.

Sob outra ótica, os números sugerem que, mesmo tendo se dado de maneira atropelada, a liberalização trouxe benefícios à economia brasileira. No momento após a absorção do choque, as empresas correram atrás do prejuízo e buscaram usufruir dos benefícios de um mercado aberto: importaram tecnologia, investiram em conhecimento técnico e recursos humanos e buscaram captar financiamento externo, disponível no sistema financeiro em tempos de estabilidade, para modernizar o parque industrial.

O resultado, apesar de estar aquém do esperado, demonstra que a relação abertura x crescimento trouxe efeitos positivos e significativos. Pretensiosamente, pode-se inferir inclusive que, não fossem os abalos externos que afetaram a vulnerável economia brasileira, o país teria aproveitado todo o potencial de crescimento proporcionado pela abertura, e as taxas de crescimento seriam provavelmente bastante superiores às modestas taxas alcançadas na década de 1990.

Em suma, apesar da abertura dos anos 1990, as restrições históricas da economia brasileira – o baixo investimento em capital físico e humano, o déficit público interno e externo, uma cultura exportadora tímida e a vulnerabilidade externa decorrente da falta de poupança privada de longo prazo – ainda permanecem insolúveis, e provavelmente foram o entrave para converter os benefícios que a abertura poderia trazer em crescimento. É

preciso continuar reformando a política econômica brasileira no sentido de explorar o enorme potencial produtivo do país, e solucionar os problemas estruturais que persistem. A abertura financeira, para traduzir-se em altos índices de crescimento, depende da capacidade do país em avançar no processo de estabilização da economia, deixando-a menos suscetível aos impactos das mudanças internacionais, e de conduzir as reformas estruturais que o país necessita, criando condições favoráveis à entrada de investidores de longo prazo, interessados em ingressar no Brasil em busca de uma economia que ofereça ganhos de produtividade, e não só especuladores, ávidos por lucros fáceis no mercado financeiro, totalmente descomprometidos com os índices negativos provocados pelos ataques especulativos.

Como foi exposto ao longo deste trabalho, o Brasil passou por períodos de grande inflação e crise na balança comercial, que impediram a economia brasileira de beneficiar-se plenamente dos períodos de crescimento da economia mundial.

Contudo, foram criados inúmeros planos econômicos que visavam por fim à inflação existente na época, porém nenhum conseguiu manter a inflação baixa por um longo período.

A inflação dificultava o crescimento do país naquela época. Entrou em vigor então o Plano Real, cujo objetivo principal era por fim a inflação e retomar o crescimento sustentado da economia.

Esses investidores foram fundamentais para a abertura da economia brasileira, funcionando como injeção de competitividade. A expansão do mercado doméstico renovou o interesse das empresas instaladas no Brasil e atraiu novos concorrentes.

Não se pôde deixar de mencionar a influência das privatizações para a abertura da competitividade da economia brasileira, pois permitiram a entrada de capitais externos.

Cabe ressaltar o impulso dado às empresas nacionais, devido aos investimentos tecnológicos que foram feitos, o que permitiu a estas competir de maneira igualitária com as empresas estrangeiras. Grande parte das importações no período imediatamente após a implementação do Plano Real foi constituída por máquinas e equipamentos, que contribuíram para o aumento da produção e para maior produtividade de muitos setores da economia brasileira.

O Plano Real foi de grande relevância ao nosso país, com taxas de inflação equiparadas ao dos países desenvolvidos. A estabilização da moeda trouxe de volta, também, a capacidade de planejar, das empresas e dos consumidores, e permitiu melhor integração da economia brasileira aos mercados internacionais. O Real trouxe não só a estabilidade monetária, mas também ganhos significativos com relação à produtividade e competitividade da economia brasileira.

O Real, além de trazer credibilidade à moeda brasileira, possibilitou às empresas nacionais investirem em tecnologia. Logo, se hoje o processo de expansão das exportações dessas empresas está aumentando, foi devido aos investimentos realizados anteriormente, tais como bens de capital e funcionários especializados.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do capital – A Nova Degradação do Trabalho na Era da Globalização**. São Paulo: Praxis, 1999.

ANDREZO, Andrea Fernandes. **Mercado Financeiro: Aspectos Históricos e Conceituais**. São Paulo: Pioneira, 1999.

ANTUNESUNES, Davi José Nardy. **O Brasil dos Anos 1990: um Balanço**. Disponível em <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m2-antunes.doc>. Acessado em 23/08/2005.

BARNER, Werner. **A economia brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GOMES, Julio Almeida. **Depois da queda: A crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRYCE, Murray. **Políticas e Métodos de Desenvolvimento Industrial**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

BUENO, Roberto. **O triunfo do Estado liberal e os paradoxos da desigualdade: elementos para a defesa da liberdade no mundo moderno**. São Paulo: Chemis, 2002.

CARDOSO, H. Fernando. **Avança Brasil: proposta de governo**. Brasília: Brasiliense, 1998.

CARNEIRO, Ricardo. **A economia Brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo: UNESP 2002.

CHESNAIS, François. **A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.

CNI. **A indústria e o Brasil, uma Agenda para o Crescimento.** Brasília: CNI, 2002.

CORSISI, Francisco Luiz. **O Plano Real: um balanço crítico (1994-1998).** Disponível em <http://www.infoecosys.com/ecosys/textos/oplanoreal%20critica.doc>. Acessado em 21/10/2005.

COUTINHO Luciano e FERRAZ João. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.** São Paulo: Unicamp, 1995.

DALCEIRO, Pedro Luiz. **Globalização Financeira e volatilidade de capitais.** Trabalho de Conclusão de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC, 1/1999. Disponível em <http://ftp.unb.br/pub/UNB/ipr/rel/rbpi/1997/71.pdf>.

DATHEIN, Ricardo. **De Bretton Woods à Globalização Financeira: Evolução, Crise e Perspectivas do Sistema Monetário Internacional.** Disponível em [www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m19-dathein.doc](http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/sep/eventos/enc2002/m19-dathein.doc). Acessado em 23/08/2005.

DICIONÁRIO de Economia. Disponível em [http://www.sulinvest.com.br/a\\_dicionario.asp?Palavra=btnf](http://www.sulinvest.com.br/a_dicionario.asp?Palavra=btnf). Acessado em 18/09/2005.

ENCICLOPÉDIA Brasileira: História do Brasil. Disponível em <http://geocities.yahoo.com.br/vinicrashbr/principal/HistoriaDoBrasil.html>. Acessado em

23/08/2005.

FARO, Passos. **Política Industrial e Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Planef, 1990.

FIORI, José Luís. **Globalização, Hegemonia e Império**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

FLAMANT, Maurice. **O liberalismo contemporâneo**. São Paulo: Euro-América, 1990.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro – Produtos e Serviços**. 13. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

FREITAS, Carlos Eduardo de Freitas. **O Brasil e a economia global**. São Paulo: Campus, 1996.

FREITAS, Maria Cristina Penido de; PRATES, Daniela Magalhães. **A Abertura Financeira no governo FHC: impactos e conseqüências**. São Paulo: Atlas, 2002.

GARCIAS, Paulo Mello. **Mudança Estrutural e Estratégia Empresarial no Brasil nos Anos 1990**. Pesquisa científica produzida pelo CEDEPLAR/UFMG. Disponível em [http://www.cedeplar.ufmg.br/abphe/Textos/Abphe\\_2003\\_46.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/abphe/Textos/Abphe_2003_46.pdf). Acessado em 16/12/2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e a economia global**. São Paulo: Campus, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil Pós-Real – a política econômica em debate**. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_; POMAR, Valter. **O Brasil Endividado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GRIECO, Francisco de Assis. **O Brasil e a nova ordem global**. São Paulo: Aduaneiras, 2001.

GRIFFITH-JONES, Stephani. **A crise financeira do Leste asiático: uma reflexão sobre suas causas, conseqüências e implicações para a política econômica**. Revista Política Externa – Vol. 7 – 3 – Dezembro – 1998.

JOSÉ, Eduardo. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2002.

KON, Anita. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. **Estimativas do Grau de Abertura da Conta de Capitais no Brasil – 1988 a 1998**. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2000/td\\_715.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_715.pdf). Acessado em 10/12/2005.

MARINHO, M.M. Henrique. **Política cambial Brasileira**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MERCADANTE, Aloízio. **O Brasil Pós Real**. São Paulo: Instituto de Economia, 1993.

MINISTÉRIO do Planejamento (MP – PPA-1996), Disponível em [http://www.planejamento.gov.br/planejamento\\_investimento/conteúdo/PPA1996](http://www.planejamento.gov.br/planejamento_investimento/conteúdo/PPA1996). Acessado em 23/08/2005.

MOREIRA, Maurício Mesquita. **Abertura e Crescimento no Brasil: Deu errado?** Artigo para o seminário: O Brasil e os Riscos e Oportunidades da Integração na Economia Mundial, BID/FGV, São Paulo, 04/11/2005. Disponível em [www8.ufrgs.br/ppge/producaocientifica/textos2002/texto14\\_2002.pdf](http://www8.ufrgs.br/ppge/producaocientifica/textos2002/texto14_2002.pdf). Acessado em

10/12/2005.

OLIVEIRA, Márcia de Lourdes; ANDRADE, Ana Lúcia; HOLLAND, Márcio. **Regimes Cambiais e Ajustamento Externo na América Latina nos Anos 1990**. Disponível em <http://www.ufop.br/ichs/conifes/anais/OGT/ogt0403.html>. Acessado em 16/12/2005.

OLIVEIRA, Xavier. **A inovação na indústria**. São Paulo: Cone, 1987.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

\_\_\_\_\_. **Neoliberalismo: Europa e América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

PEREIRA, José Matias. **Economia Brasileira: Governabilidade e políticas de austeridade; dimensões macroeconômicas; desigualdades socioeconômicas**. São Paulo: Atlas, 2003.

PEREIRA, P. José. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1993.

RAWLS, John. **O liberalismo político**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

RELATÓRIOS do BACEN - Banco Central do Brasil. Vários anos. Disponível em <http://www.bacen.com.br>. Acessado em 10/12/2005.

RICUPERO, Rubens. **Para além do consenso de Washington**. Disponível em <http://www.investnews.net>. Acessado em 13/08/2005.

SALLUM JR., Brasília. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Artigo Publicado no La Insígnia, de 02/02/2005. Disponível em [http://www.lainsignia.org/2001/febrero/econ\\_002.html](http://www.lainsignia.org/2001/febrero/econ_002.html). Acessado em 23/08/2005.



SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SILBERBER, Simão Davi. **Mudanças Estruturais na Economia Brasileira (1988-2002): Abertura, Estabilização e Crescimento**. Artigo disponível em <http://www.usp.br/prolam/eventos/regulacao%20social/artigos/simao.pdf>. Acessado em 10/12/2005.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira - Origem e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. **Porque agora somos mais vulneráveis às crises internacionais**. Disponível em <http://www.abordo.com.br/mctavares/crise1.htm>. Acessado em 28/10/2005.

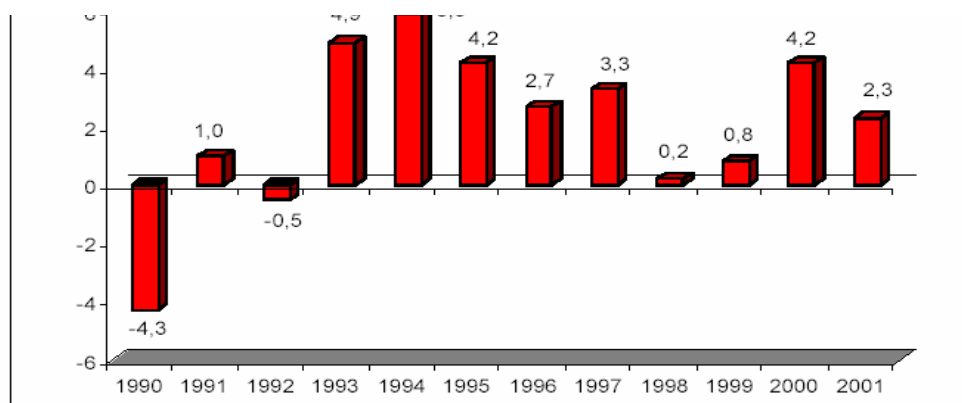
## **ANEXOS**

**TABELA 2:**  
**BALANÇA COMERCIAL, TRANSAÇÕES CORRENTES**  
**E BALANÇO DE PAGAMENTOS (U\$\$ BILHÕES)**

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Balança Comercial	10753	10579	15239	13307	10466	-3352	-5599	-6748	-6604	-1260
Balança de Trans. Correntes	-3782	-1407	6143	-592	-1689	-17972	-23142	-30818	-33625	-25062
Balanço de Pagamentos	-8825	-4679	30028	8404	12939	13480	9015	-7845	-17285	-10740

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Antunes, 2002.

**GRÁFICO 1:**  
**EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRASILEIRO – PIB**  
**BRASIL 1990 - 2001**



Fonte: Banco Central do Brasil - Elaboração: DIEESE (Conjuntura Econômica Fev/02)

**GRÁFICO 2:**  
**SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA**  
**ANTES DAS CRISES INTERNACIONAIS**



Fonte: TAVARES, 1998